

URR corrigirá os preços públicos

por Raquel Stenzel
de Brasília

O plano de estabilização econômica que será anunciado, hoje, pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não prevê tarifaço. Segundo fontes do ministério, a política de preços públicos continuará a ser regida pela exposição de motivos nº 263, de dezembro de 1992. Contudo, os técnicos não sabem explicar como será utilizada a nova unidade de referência dentro dessa política. O ministro Fernando Henrique disse, ontem, aos líderes sindicais, que a nova Unidade Real de Referência (URR) irá corrigir todos os preços públicos.

Na realidade, não há necessidade de ser feito ne-

nhum tarifaço, pois os preços públicos estão razoavelmente alinhados, avaliam fontes econômicas. As tarifas de energia elétrica e de telecomunicações tiveram uma grande recuperação neste ano. As tarifas telefônicas tiveram um aumento real — acima da inflação — de 31% no primeiro semestre. Em outubro, foi encerrado o período de recuperação das tarifas de energia elétrica, que durante seis meses foram reajustadas a cada mês 8% acima da inflação. Os novos preços do serviço de energia elétrica são definidos pelas próprias concessionárias (estaduais) e homologados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

(DNAEE) do Ministério das Minas e Energia. O Ministério da Fazenda não tem qualquer participação no processo.

Segundo fontes econômicas, nem mesmo os derivados de petróleo apresentam atualmente grandes distorções em relação aos preços internacionais, que justificariam um tarifaço. Se for analisado o período de maio último até agora, os derivados estão ganhando um pouco da inflação. No período de setembro de 1992 a novembro último, há uma pequena perda. A queda do preço do petróleo no mercado internacional, registrada nas últimas semanas, também está colaborando para reduzir os custos da Petrobrás.